



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 12, n. 2, Jul./Dez, 2020

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 04.09.2019. Revisado por pares em: 07.10.2019. Reformulado em: 25.11.2019. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2020v12n2ID18700

Análise do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes: um estudo de caso das empresas aéreas listadas na B3 em relação aderência ao CPC 25

Provision disclosure analysis and contingent liabilities: a case study of B3 listed airlines regarding CPC compliance 25

Análisis de divulgación de provisiones y pasivos contingentes: un estudio de caso de las aerolíneas aéreas que cotizan en B3 con respecto al cumplimiento de CPC 25

Autores

Renata Bissi de Oliveira

Especialista em Controladoria e Finanças na Gestão de Negócios da Universidade Estadual de Maringá - PCO/UEM. Endereço: Rua Professor Lauro Eduardo Werneck, 1023, Zona 07, Maringá/PR. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9479-8353>

E-mail: renata_bissi@hotmail.com

Augusto César Oliveira Camelo

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá - PCO/UEM. Endereço: Rua Sebastião Domingos Sabaini, 603, Jardim Itália - Maringá/PR. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1451-6844>

E-mail: augusto.camelo@hotmail.com

Franciele do Prado Daciê

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá - PPA/UEM. Endereço: Rua XV de Novembro, 29, Zona 01 - Cianorte/PR - Telefone: (44) 99981-0591. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2134-389X>.

E-mail: frandacie@gmail.com

Marcielle Anzilago

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGC/UFSC. Endereço: Rua José João Martendal 385, Trindade, Florianópolis/SC - Telefone: (41) 99262-6327. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5412-0786>.

E-mail: marcianzilago@gmail.com

Resumo

Objetivo: Considerando que o setor de aviação civil brasileiro registrou representativa participação no PIB brasileiro e tem gerado significativa contribuição no valor agregado para economia, este artigo tem como objetivo analisar o disclosure nas demonstrações financeiras das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A. a partir do enfoque teórico e normativo do CPC 25 no período de 2013 a 2018.

Metodologia: Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, onde se analisou como ocorre a divulgação das Provisões e Passivos Contingentes apresentadas nas demonstrações financeiras das companhias aéreas brasileiras listadas no Brasil, Bolsa, Bovespa (B3) – Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., no período de 2013 a 2018. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, onde buscou-se verificar, primeiramente, como são classificadas as provisões e os passivos contingentes divulgadas pelas companhias de linhas aéreas. Em seguida, foi apurada a quantidade que cada categoria representa (em valores) em relação as provisões e passivos contingentes divulgados.

Resultados: Os resultados apontam que as informações são falhas ainda em relação à aderência às orientações do CPC 25 (2009) quanto à evidenciação de passivos contingentes, fato que pode representar uma barreira na análise da transparência dos dados e das informações aos potenciais usuários da informação contábil. Quanto às provisões, observou-se maior frequência de divulgação de informações que se referem a tributos, área cível, trabalhista e devolução de aeronaves.

Contribuições do Estudo: Esse estudo permite analisar aspectos relativos à natureza, reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes, sobretudo, em relação à transparência na divulgação e classificação desses itens, estimulando a diminuição da assimetria informacional dentre os usuários das informações contábeis.

Palavras-chave: Disclosure; Passivos Contingentes e Provisões; Linhas Aéreas.

Abstract

Purpose: Considering that the Brazilian civil aviation sector registered a significant share in the Brazilian GDP and it has generated a significant contribution in the value added to the economy, this article aims to analyze the disclosure in the financial statements of Azul Linhas Aéreas Brasileiras SA, Gol Linhas Aéreas Inteligentes SA and Latam Airlines Group SA based on CPC 25's theoretical and regulatory approach from 2013 to 2018.

Methodology: A qualitative and descriptive research was carried out, analyzing how the disclosure of the Provisions and Contingent Liabilities presented in the financial statements of the Brazilian airlines listed in Brazil, Bolsa, Bovespa (B3) - Azul Linhas Aéreas Brasileiras SA, Gol Linhas Aéreas Inteligentes SA and Latam Airlines Group SA, from 2013 to 2018. The technique used was the content analysis, which sought to verify, first, how the provisions and contingent liabilities disclosed by the airlines are classified. Then, it was determined the amount that each category represents (in values) in relation to the provisions and contingent liabilities disclosed.

Results: The results indicate that the information is still flawed regarding adherence to the guidelines of the CPC 25 (2009) as for the disclosure of contingent liabilities, a fact that may represent a barrier in the analysis of the transparency of data and information to potential users of accounting information. About the provisions, there was a higher frequency of disclosure of information labor, regarding taxes, civil area, and return of aircraft.

Contributions of the Study: This study allows us to analyze aspects related to the nature, recognition and measurement of provisions and contingent liabilities, especially regarding transparency in the disclosure and classification of these items, stimulating the reduction of informational asymmetry among users of accounting information.

Keywords: Disclosure; Contingent Liabilities and Provisions; Airlines.

Resumen

Objetivo: Teniendo en cuenta que el sector de la aviación civil brasileña ha registrado una parte significativa del PIB brasileño y ha generado una contribución significativa al valor agregado para la economía, este artículo tiene como objetivo analizar la divulgación en los estados financieros de Azul Linhas Aéreas Brasileiras SA, Gol Linhas Aéreas Inteligentes SA y Latam Airlines Group SA se basa en el enfoque teórico y reglamentario de CPC 25 de 2013 a 2018.

Metodología: Se realizó una investigación cualitativa y descriptiva, analizando cómo la divulgación de las provisiones y pasivos contingentes presentados en los estados financieros de las aerolíneas brasileñas que figuran en Brasil, Bolsa, Bovespa (B3) - Azul Linhas Aéreas Brasileiras SA, Gol Linhas Aéreas Inteligentes SA y Latam Airlines Group SA, de 2013 a 2018. La técnica utilizada fue el análisis de contenido, que buscó verificar, primero, cómo se clasifican las provisiones y los pasivos contingentes revelados por las aerolíneas. Luego, se determinó la cantidad que cada categoría representa (en valores) en relación con las provisiones y pasivos contingentes revelados.

Resultados: Los resultados indican que la información aún tiene fallas en relación con el cumplimiento de las pautas de la CCP 25 (2009) cuanto a la divulgación de pasivos contingentes, un hecho que puede representar una barrera en el análisis de datos y la transparencia de la información para los usuarios potenciales de la información contable. En cuanto a las disposiciones, notado una mayor frecuencia de divulgación de información sobre impuestos, área civil, mano de obra y devolución de aeronaves.

Contribuciones del Estudio: Este estudio nos permite analizar aspectos relacionados con la naturaleza, el reconocimiento y la medición de provisiones y pasivos contingentes, especialmente con respecto a la transparencia en la divulgación y clasificación de estos elementos, fomentando la reducción de la asimetría informativa entre los usuarios de información contable.

Palabras clave: Disclosure; Pasivos contingentes y Provisiones; Aerolíneas.

1 Introdução

As empresas precisam disponibilizar aos seus usuários, não somente informações determinadas por lei, mas também aquelas adicionais que tempestivamente influenciam na tomada de decisões, gerem maior transparência as suas demonstrações financeiras (Deitos, 2003; Farias, 2004) e assumam um papel relevante quanto a utilidade na tomada de decisões, gestão empresarial e mercadológica (Oliveira, 2016).

Sob essa perspectiva, entende-se que os investidores, no momento de escolher os ativos para compor o seu portfólio de investimentos, levam em consideração o fator *Disclosure*, uma vez que a tendência de mercado está pautada na valorização da mais as companhias transparentes (Reis, 2018). O uso desse termo compreende a apresentação de informações completas acerca da situação da companhia, de modo que os investidores possam tomar melhores decisões (Reis, 2018). Isso posto, a internacionalização dos mercados e as crises financeiras dos últimos anos, faz com que o *Disclosure* voluntário seja um fator crucial para os investidores (Gondrige, 2010), sendo destaque para a discussão no ambiente corporativo (Landsman, 2001; Orens & Lybaert, 2008).

O conceito de transparência torna-se subsídio para o compartilhamento de informações com *stakeholders* e com o mercado, auxiliando na avaliação de oportunidades de alocação de recursos e na decisão em realizar um investimento (Landsman, 2001; Orens & Lybaert, 2008). No Brasil, por exemplo, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) avalia a transparência das organizações por meio dos níveis de governança corporativa - Bovespa Mais, Nível 1, Nível 2. Assim, quanto mais alto grau de governança, maior o nível de *Disclosure*. Essa característica oportuniza também aos investidores uma análise mercadológica.

Além do mais, sabe-se que as empresas estão sujeitas a diversos tipos de riscos que abrangem as operações empresariais, referindo-se, muitas vezes, aos eventos que estão além daqueles previstos pela empresa, tais como processos movidos por concorrentes ou consumidores, garantias dadas que podem vir a ser reclamadas ou não, e reembolsos por possíveis danos ambientais causados pela operação da empresa (Baldoino & Borba, 2015). Segundo Baldoino e Borba (2015). A estes riscos dá-se o nome de contingências e provisões. Contabilmente, a mensuração desses riscos, e até mesmo de valores, não são facilmente estimáveis, pois resultam de acontecimentos e condições que independem da vontade da empresa para ocorrerem (Baldoino & Borba, 2015).

A provisão, por um lado, é entendida como um passivo de prazo ou valor incerto, na qual a liquidação se fará necessária a provável saída de recursos (CPC, 25, 2019). Já o passivo contingente, resulta de eventos passados, e sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos – fora do controle da entidade (CPC 25, 2019). Observa-se, assim, a existência de um grau de complexidade vivenciado pelas empresas para mensurar e divulgar tais provisões e passivos contingentes.

No entanto, acredita-se que, sob a perspectiva da transparência, a omissão desses valores pode comprometer o *disclosure* das informações aos investidores, bem como avaliar as operações e a *performance* empresarial. Desse modo, o Pronunciamento Técnico 25 (CPC 25) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis institui a aplicação de critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos e ativos contingentes, de modo que a informação seja publicada em notas explicativas e permita que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor (CPC 25, 2009).

Em razão desse cenário, a problemática desse estudo se fundamenta na expectativa de que as companhias sigam as instruções previstas no CPC 25 para reconhecer e mensurar apropriadamente as expectativas de ativos e/ou passivos contingentes, sobretudo diante de

acontecimentos inesperados. Nesse contexto, questiona-se: **Como o *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes das companhias aéreas brasileiras listadas na B3 são apresentados em relação aderência do CPC 25, no período que compreende os anos de 2013 a 2018?** Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar o *disclosure* nas demonstrações financeiras das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam *Airlines Group* S. A. a partir do enfoque teórico e normativo do CPC 25, no período de 2013 a 2018.

Estudos, como Tsakumis (2007), Murcia e Santos (2009), Fernandes (2012), Darabi e Faghani (2012), Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa (2014), Scarpin, Macohon e Dallabona (2014), Oliveira, Beneti e Varela (2016), e Lopes e Reis (2019) realizam análises quanto a aderência a divulgação de provisões e passivos contingentes frente a prescrição legal, ressaltando a relevância do assunto no âmbito acadêmico e mercadológico. Pinto *et al.* (2014), Scarpin *et al.* (2014), Macohon e Dallabona (2014), Oliveira, Beneti e Varela (2016), ao analisar as empresas listadas na B3, ressaltam que a ausência da evidenciação dos passivos contingenciais prejudica potencialmente a qualidade da informação contábil. Tsakumis (2007) e Lopes e Reis (2019), por sua vez, mostram que o nível cultural do local afeta a evidenciação e o nível de *disclosure* das organizações. Adicionalmente, Darabi e Faghani (2012), exploram de que maneira a tomada de decisão dos investidores é afetada pela divulgação dos passivos contingentes. As pesquisas destacadas evidenciam a preocupação em estudar o tema e, aliado a ausência de pesquisas que abordam o setor aéreo brasileiro, acredita-se que esse estudo pode contribuir para preencher parte desse *gap*.

O presente estudou motivou-se na pesquisa de Oliveira *et al.* (2016), cuja de pesquisa relacionou-se também ao nível de evidenciação do *disclosure* das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes das companhias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A, no período de 2009 e 2010. Oliveira *et al.* (2016) empregaram como população as 100 maiores empresas em receita líquida com sede no Brasil e com suas ações negociadas na BM&FBOVESPA. No entanto, ainda que os autores empreguem um objeto semelhante ao proposto nesse estudo, essa proposta diferencia-se em relação a concentração das análises em um setor específico e ainda não explorado.

Frente a esse ambiente, verificou-se que o Brasil possui a segunda maior frota de aeronaves no mundo, com um somatório de mais de 17.000 delas (Mendes, 2019), o que indica a representatividade do setor em estudo. Além disso, a demanda na aviação brasileira apresentou oscilações ao longo dos anos, com acentuado aumento entre os anos de 2003 a 2012 – 234% nos voos domésticos – se tornando responsável pelo crescimento significativo do Produto Interno Bruto (PIB); e posterior recessão após 2014 no cenário econômico brasileiro (Anuário do Transporte Aéreo, 2012; Oxford Economics, 2016). Esse estudo, portanto, evidencia a representatividade do setor para a economia nacional, seu estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das localidades, uma vez que atua como uma importante ferramenta que supera as barreiras encontradas quanto ao tempo e desgaste de viagens rodoviárias.

Diante desse contexto, identificar a forma de divulgação das provisões e se, como consequência, as provisões e passivos contingentes atendem aos requisitos normativos do CPC 25 (2009) – quanto a transparência de dados e informações dos grupos contábeis – pode ser significativamente útil, sobretudo quando considera-se que as empresas operam com diversos usuários quando transacionam na bolsa de valores. Frente a esse cenário, o presente estudo examinou especificamente o setor aéreo específico, e sua escolha é decorrente de suas oscilações na economia brasileira (períodos de 2003 a 2012 e, posteriormente 2014), e adotou as provisões e passivos contingenciais para análise, pois são evidenciados como um tema

complexo e de relevante divulgação.

2 Revisão da Literatura

2.1 Passivos, Provisões e Passivos Contingentes: suas formas de reconhecimento, divulgação e mensuração

A evidenciação de um passivo satisfaz quatro critérios gerais (1) a definição de passivo; (2) ser mensurável; (3) ser relevante; (4) ser precisa (Hendriksen & Van Breda, 2012). Adicionalmente, o CPC 00(R1) (2011) conceitua o passivo como uma obrigação presente, originada de eventos passados, cuja liquidação espera-se que resulte em uma saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos (CPC, 2017). Niyama e Silva (2013) comentam que a definição de passivos do envolve três características (1) obrigação atual; (2) resultado de eventos passados; (3) liquidação implica num desembolso de benefícios econômicos.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010), há passivos que devem ser registrados, embora não apresentem data fixada de pagamento ou mesmo não contém expressão exata de valores. Esse conceito envolve as provisões e os passivos contingentes, que se diferenciam dos passivos no seu tratamento contábil, devido ao grau de incerteza quanto à sua ocorrência (CPC 25, 2009). O CPC 25 (2009) estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados às provisões, passivos e ativos contingentes, de modo que a informação divulgada nas notas explicativas seja suficiente para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. A observação do referido pronunciamento tornou-se obrigatória para as companhias abertas a partir dos exercícios encerrados em dezembro de 2010 – referentes às demonstrações financeiras de 2009.

O CPC 25 (2009) conceitua provisão como um passivo de prazo (data de vencimento) ou de valor incertos (quantia). Para Almeida (2014), as provisões são reconhecidas quando se trata de obrigações presentes (legais ou presumidas) de resultados de eventos passados, que envolvam provável estimativa de valores, mensurados confiavelmente e com provável ocorrência de liquidação. Em relação a sua mensuração, uma provisão representa o valor que a entidade pagaria para liquidar a obrigação no final do período de relatório ou transferi-la para um terceiro naquele momento, considerando os riscos e incertezas na sua mensuração – fato que pode ser apurado pela administração ou por peritos independentes (CPC 25, 2009; IASB, 2017). Sendo assim, as provisões são mensuradas a partir de evidências adicionais decorrentes de eventos subsequentes à data do balanço (CPC 25, 2017).

Considera-se Passivo Contingente a obrigação possível, decorrente de eventos passados, da qual a existência será admitida pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos, que não são controlados pela empresa (CPC 25, 2009). Além disso, os passivos contingentes abrangem obrigações que não são reconhecidas, uma vez que seu valor não pode ser mensurado de modo confiável ou a liquidação não é de provável ocorrência (IASB, 2017). Os passivos contingentes não abrangem provisões para as quais é certo que a entidade tem uma obrigação presente, que é mais provável que não conduzir a uma saída de caixa ou diversos recursos econômicos, mesmo que o valor ou o cronograma seja incerto (IASB, 2017).

A contingência passiva e, por sua vez, não reconhecida em balanços patrimoniais, a possível existência de diminuição de um ativo ou desembolsos em caixa para a liquidação de determinada obrigação que venha a existir. Essa possibilidade está relacionada a um evento que ainda não ocorreu e que a entidade não tem seu controle, tornando, portanto, a mensuração do valor desembolsado e a data de seu vencimento ainda incertas (CPC, 25, 2009).

Entende-se que alguns passivos são difíceis de serem mensurados devido às incertezas a respeito da existência da obrigação (Niyama & Silva, 2013). Todavia, a existência da incerteza e a complexidade de mensuração não são motivos para que a entidade não faça um esforço no sentido de demonstrar a informação, mesmo que consista sob forma de nota explicativa (Niyama & Silva, 2013).

Além disso, um passivo contingente também pode ocorrer quando uma obrigação não é reconhecida em causa da improvável saída de recursos ou pela ausência de confiabilidade de avaliar a obrigação (Niyama & Silva, 2013). De tal modo, uma característica fundamental do passivo contingente é o fato dele não ser reconhecido, porém possa ser divulgado, por exemplo, em notas explicativas (CPC 25, 2009). Sendo assim, o passivo contingente ficará confirmado por um evento futuro incerto que não estará sob o controle da entidade.

2.2 O setor aéreo brasileiro

Ao longo da história, o setor de aviação aérea no Brasil é marcado por um “caos aéreo brasileiro” em 2006, quando um Boeing 737 da Gol e um Embraer Legacy colidiram-se na Serra do Cachimbo, no sul do Pará. O fato foi considerado um dos piores acidentes aéreos da história do Brasil (Globo, 2016). Após esse período, a demanda no setor apresentou oscilações ao longo dos anos, com acentuação entre os anos de 2003 a 2012 – aumento de 234% na demanda doméstica de passageiros e sendo responsável por 3,5 vezes o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); e com significativa recessão após 2014 devido ao cenário econômico brasileiro (ANAC, 2016; Oxford Economics, 2016).

Em 2016, a atuação do transporte aéreo no Brasil atrelado ao consumo gerado pelos turistas (via rota aérea) colaborou com 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) – representando R\$ 25,1 bilhões de valor agregado e R\$ 7,8 bilhões de gastos realizados por turistas estrangeiros (Oxford Economics, 2016). Já em 2017, o setor foi responsável pelo emprego 838,7 mil pessoas – contribuindo com US\$ 18,8 bilhões para o PIB (Bouças, 2019).

Contudo, dados revelam que esse mercado mostrou um significativo crescimento no último ano – 2018. O número de decolagens apresentou um aumento considerável em 2018 frente a uma queda consecutiva nos cinco anos anteriores – desde 2013 (ANAC, 2018). Em 2018, foram registrados 967 mil voos, um aumento de 2,8% se comparados ao ano anterior. Em número de passageiros, o ano 2018 foi marcado pelo transporte de 117,6 milhões de pessoas, sendo 24,0 milhões no mercado internacional (aumento de 10% em relação a 2017) e 93,6 milhões no mercado doméstico (a alta de 1,3%) (ANAC, 2018). Ainda que os percentuais pareçam pouco representativos, Bouças (2019) destaca o estímulo que o setor tem recebido, mediante a implementação de novas medidas políticas, que farão com que ele se duplique nos próximos 20 anos – gerando US\$38,7 bilhões para o PIB e 1,4 milhão de empregos. Espera-se que a contribuição do setor no PIB atinja a média global, cerca de 3,2% e 3,4%.

Compreende-se também que o estímulo à sociedade para acessar o transporte aéreo influenciou de forma acentuada o crescimento do uso de transporte aéreo se comparado ao rodoviário (ANAC, 2014). Nos trajetos internacionais, observou-se também maior atuação das companhias brasileiras (ANAC, 2018). Em 2014, por exemplo, as empresas brasileiras assumiam 30% dessas operações, em 2018, por sua vez, sua representatividade foi para 39% (ANAC, 2018). Dentre as companhias que operam no mercado doméstico, a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. manteve a maior participação no mercado doméstico – 31,5 milhões de passageiros. A Latam Airlines Group S. A., por sua vez, foi a segunda maior, seguida pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A. e a Avianca Airlines Brasil (ANAC, 2018).

O cenário de vinculado a presente pesquisa parte da afirmação de que o número excessivo de ações judiciais movidas contra empresas aéreas no Brasil, se comparadas com outros países, é destacada como uma das barreiras frente ao desenvolvimento do setor – cerca de 2,3% do custo total das companhias aéreas relacionam-se ao pagamento de indenizações em processos judiciais. (Bouças, 2019). Contabilmente, sabe-se que essa perspectiva está atrelada as provisões e passivos contingentes (CPC 25, 2009). Dessa forma, considerando as companhias de destaque no mercado doméstico – evidenciadas pela ANAC (2018) e a preocupação em relação ao comprometimento do crescimento econômico diante da existência de um número representativo de provisionamentos judiciais para o setor (Bouças, 2019), entende-se que o tema e a amostra selecionada tornam-se relevantes para investigação.

2.3 Disclosure

O *disclosure* consiste no processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receitas) no balanço patrimonial, na demonstração de resultado, nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras. Seu emprego está estritamente vinculado ao escopo da contabilidade, reduzindo a assimetria informacional ao usuário da informação contábil, sobretudo na ótica dos órgãos reguladores da avaliação de empresas (*valuation*) e do fornecimento de auxílio à tomada de decisões (Barth, Beaver, & Landsman, 2001; Orens & Lybaert, 2008).

O objetivo do *disclosure* é fornecer informações relevantes e adequadas para a tomada de decisões. Hendriksen e Van Breda (1999) indicam que o processo de seleção da informação a ser apresentada atenda a três questionamentos (1) a quem precisa ser publicada a informação?; (2) qual é a intuito da informação?; (3) quanta informação necessita ser divulgada? Farias (2004) acrescenta que as respostas à essas condições podem ser estudadas a partir do momento em que se apresente a capacidade de conhecer os principais usuários da contabilidade e do modelo decisório de cada um deles.

A CVM (2017) observa que a divulgação, na maioria das vezes, é limitada ao que é atribuído por força de lei ou norma. Nesse sentido, a presença de um órgão regulador é eficaz para garantir informação tempestiva, relevante e útil na medida que tenta impedir o uso de práticas que coloquem em risco a confiança no mercado como um todo (CVM, 2017). No entanto, nota-se que o *disclosure* de determinadas empresas excede àquilo que é exigido por lei (Lang & Lundholm, 1993).

Isso ocorre porque os controladores da empresa, tais como os gestores ou acionistas majoritários, dispõem de informações adicionais cuja divulgação não é obrigatória, mas é apresentada de forma estratégica, considerando interesses individuais (Verrecchia, 2001). Portanto, espera-se que as informações voluntárias, frequentemente divulgadas nos relatórios da administração e nas demonstrações contábeis, envolverão aspectos otimistas acerca das operações. Além disso, as notas explicativas e parecer dos auditores independentes atuam esclarecendo e pormenorizando aspectos individuais divulgadas. A análise desse conjunto, por sua vez, oferece maior transparência aos diversos *stakeholders* (Farias, 2004).

Nessa perspectiva, a reflexão pautada na Teoria do *Disclosure* pode ser relevante, uma vez que se entende que a divulgação de informações contábeis ocorre por meio de números e sentenças, por meio de canais formais ou informais, e fornece informações úteis aos usuários (Gibbins, Richardson, & Waterhouse, 1990). Nessa perspectiva, a análise de publicações organizacionais que envolvam aspectos contábeis qualitativos torna-se fundamental para o funcionamento do mercado de capitais e para conscientização das decisões a serem tomadas (Gibbins, Richardson, & Waterhouse, 1990; Schaltegger & Burrit, 2000).

2.4 Estudos correlatos

No ambiente acadêmico, estudos correlatos abordam o tema proposto por essa pesquisa. Em cenário nacional tem-se Murcia e Santos (2009), Fernandes (2012), Costa (2013), Pinto *et al.* (2014), Scarpin *et al.* (2014) e Oliveira *et al.* (2016), que apresentam análises desde a evidenciação desses elementos quando ainda de caráter voluntário, até o nível de evidenciação depois de tornarem-se obrigatórios (conforme CPC 25), adicionando suas relações com valores de mercado e nível de endividamento das companhias. A Figura 1 apresenta as principais abordagens dos estudos.

Murcia e Santos (2009)	
Objetivo	Identificar os fatores que explicam o nível de <i>disclosure</i> voluntário das companhias abertas no Brasil
Metodologia	A análise foi realizada nas Demonstrações Financeiras Padronizadas das 100 maiores empresas não-financeiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2007. Uma análise de conteúdo foi inicialmente empregada para os tipos de <i>disclosure</i> voluntário, definido a partir de uma métrica composta por seis categorias e 43 subcategorias. Em seguida, um modelo de regressão múltipla foi testado a fim de testar os fatores que influenciam o <i>disclosure</i> voluntário. O modelo testou nove variáveis: auditoria, rentabilidade, internacionalização, tamanho, governança corporativa, endividamento, controle acionário, emissão de ações e setor.
Resultados	O <i>disclosure</i> voluntário das empresas foi explicado pela hipótese do vínculo (<i>bonding hypothesis</i>), no que diz respeito as variáveis de governança corporativa. Além disso, a regulação setorial (variável setor), sobretudo da Agência Nacional de Energia Elétrica, influenciou positivamente o nível de <i>disclosure</i> . Por fim, o tamanho da empresa influenciou positivamente no nível de <i>disclosure</i> voluntário.
Fernandes (2012)	
Objetivo	Verificar o nível de <i>disclosure</i> ambiental das empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa no período de 2006 a 2010.
Metodologia	A pesquisa foi realizada em 154 empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa. Foi utilizada a metodologia da análise de conteúdo para analisar, referente ao período de 2006 a 2010, os relatórios da administração, notas explicativas e os relatórios de informações ambientais.
Resultados	A análise do <i>disclosure</i> ambiental evidenciou que as divulgações ambientais, em sua maior parte, concentram-se em aspectos positivos (informações favoráveis à empresa), isto porque o mercado, de alguma forma, “penaliza” ou desaprova organizações com resultados negativos. Além disso, somente 51,48% do <i>disclosure</i> ambiental concentram-se nos relatórios de informações ambientais; 40,06%, nos relatórios da administração e 8,46%, nas notas explicativas.
Costa (2013)	
Objetivo	Identificar as características dos passivos contingentes e possíveis fatores que influenciem em sua significância nas empresas estrangeiras que negociam ações na bolsa de valores de Nova York.
Metodologia	O estudo levantou os passivos contingentes (valores) divulgados no Form-20F de 102 empresas, referente ao ano de 2010. A classificação em cinco categorias (ambiental, cíveis, trabalhistas, tributárias e garantias) foi realizada por meio da análise de conteúdo. Adicionalmente, as variáveis nome, país, continente, sistema legal e setor forma levantadas para aplicação de teste de média (Mann-Whitney) para verificar as diferenças entre as variáveis.
Resultados	Observou-se que existe diferença na divulgação dos passivos contingentes (tipo e nível) quando comparadas as sedes das empresas. Assim, empresas da América Latina divulgam uma maior proporção de passivos contingentes se comparadas aquelas localizadas nos países Anglo (Inglaterra) e da Ásia colonial (China). Além disso, as empresas brasileiras, em sua maior parte, destinam o tipo de evidenciação para características tributárias.
Pinto et al. (2014)	
Objetivo	Identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação.

Metodologia	Uma análise das demonstrações contábeis, referente ao período de 2010 a 2013, foi realizada em 65 companhias abertas brasileiras listadas no Índice Ibovespa. A aderência de evidenciação frente ao CPC 25 foi classificada a partir das notas explicativas. Outras variáveis, como o setor de atuação e valor de mercado foram coletados na Economática. A análise empregou as técnicas de estatística descritiva, análise fatorial, regressão logística e dados em painel.
Resultados	Os resultados sugerem que as empresas que mais evidenciam pertencem ao setor <i>Softwares e Dados</i> . Observou-se também que as companhias divulgas as informações acerca das provisões e passivos contingente de forma parcial. Outro achado da pesquisa refere-se ao efeito do porte na divulgação, de modo que quanto maior o valor de mercado, menor é o nível de evidenciação de informações sobre provisão e passivo contingente.
Scarpin et al. (2014)	
Objetivo	Analisar se há variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante das empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBovespa nos períodos de 2010 e 2011.
Metodologia	A população compreendeu 184 companhias abertas listadas na BM&FBovespa. Ao final, a amostra compreendeu 146 empresas. Empregou-se, inicialmente a análise de conteúdo nas notas explicativas relativas aos anos de 2010 e 2011. Em seguida, o Teste t para amostras emparelhadas foi empregada para análise do cenário frente aos indicadores financeiros das empresas (quantidade da dívida, qualidade da dívida, grau de endividamento e endividamento geral).
Resultados	Os achados mostram que, em sua maior parte, os indicadores de endividamento das empresas analisadas apresentam variabilidade significativa a partir da adição dos valores dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante. Assume-se também que a assimetria informacional é relevante no que concerne a ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial.
Oliveira (2016)	
Objetivo	Analisar o <i>disclosure</i> obrigatório das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes, no final do exercício de 2009 e no primeiro trimestre de 2010, em empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A.
Metodologia	A população compreendeu as 100 maiores empresas em receita líquida sediadas no Brasil e com suas ações negociadas na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. A análise de conteúdo foi empregada para verificar o nível de divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes nas notas explicativas das companhias entre os períodos. As métricas empregadas respaldaram-se nas 4 categorias e 29 subcategorias apresentadas no CPC 25.
Resultados	Os resultados mostram a adoção ao CPC 25 não impactou o nível de <i>disclosure</i> . No entanto, um aspecto relevante identificado foi o fato de que ainda a omissão na divulgação de várias subcategorias de informações, principalmente quanto às incertezas dos valores, natureza da obrigação e cronograma de saída das provisões. Conclui-se que mesmo com o caráter coercivo do <i>disclosure</i> , as empresas não atendem ao princípio <i>full disclosure</i> .

Figura 1 Estudos nacionais correlatos

Fonte: elaborado pelos autores.

Internacionalmente, respaldado no (IAS) 37, Tsakumis (2007), Darabi e Faghani (2012), Lopes e Reis (2019) exploram a utilidade dessa divulgação para a tomada de decisão, os diferentes padrões adotados na mensuração de provisões e passivos contingentes, como também, a influência do aspecto cultural no reconhecimento e divulgação dos passivos contingentes. Assim, a Figura 2 apresenta uma síntese com os principais aspectos dos estudos internacionais.

Tsakumis (2007)	
Objetivo	Examinar a influência da cultura nacional na aplicação das regras contábeis pelos contadores, de modo que o conservadorismo local pode influenciar a divulgação de ativos e passivos contingentes.

Metodologia	Um experimento foi realizado com contadores gregos e norte-americanos, apresentando duas hipóteses para o estudo; em H1 supõe que os contadores gregos terão mais probabilidade de reconhecer ativos e passivos contingentes do que os contadores norte-americanos; já H2 propõe que os contadores gregos terão menos probabilidade de divulgar a existência de ativos e passivos contingentes do que os contadores norte-americanos.
Resultados	No estudo não foram encontradas diferenças significativas entre as decisões de reconhecimento dos contadores gregos e norte-americanos envolvendo ativos e passivos contingentes. No entanto, percebeu-se que o último grupo se caracteriza-se por ser mais conservador; fato que leva a maior divulgação. Os contadores gregos parecem também ter maior perfil de divulgar informações (mais reservados) em relação aos contadores dos EUA, o que pode fornecer apoio para outras pesquisas relacionadas a H2 da pesquisa.
Hennes (2014)	
Objetivo	O trabalho verificou até que ponto as divulgações de passivos contingentes de responsabilidade legal fornecem informações úteis aos usuários da informação.
Metodologia	Realizou-se uma análise de casos com 212 empresas que possuem/possuíram processos trabalhistas pendentes (envolvendo idade, sexo ou discriminação racial) no arquivo 10-Ks no período de 1996-2010, buscando-se verificar quantitativamente se os componentes de divulgações de contingência dos litígios influenciam o resultado. Adicionalmente, a análise do conteúdo divulgado por essas empresas foi analisada.
Resultados	Observou-se que as práticas atuais de divulgação fornecem detalhes quantitativos limitados com relação à magnitude da perda esperada. No aspecto qualitativo, alguns destaques são apontados. A divulgação sobre a natureza inestimável da perda e sobre a disposição da empresa realizar acordos se relacionam a maiores probabilidades e valores de perda. Além disso, a divulgação de uma provisão e da materialidade que a envolve reflete uma maior probabilidade de ser uma perda incomum. Os resultados enfatizam a forte resistência das empresas às divulgações quantitativas de contingências legais, mas sugerem que as divulgações existentes no SFAS 5 contêm informações qualitativas úteis para avaliar a contingência de perdas.
Darabi & Faghani (2012)	
Objetivo	Estudar os efeitos da divulgação de passivos contingentes sobre decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras.
Metodologia	A população de estudo se constituiu em 135 participantes, dentre eles, especialistas em investimentos, corretores da bolsa e professores universitários. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário enviado eletronicamente. A análise dos dados empregou estatística descritiva e os testes Wilcoxon Mc Nemar e Kruskal Vallis para analisar as diferenças entre os tipos de usuários e sobre o tipo de passivo contingente divulgado.
Resultados	As conclusões do estudo sugerem que a divulgação de informações sobre passivos contingentes, sobretudo o tipo de passivo, afeta a decisão daqueles que se baseiam em informações contábeis.
Lopes e Reis (2019)	
Objetivo	Examinar as diferenças de preços em relação às contingências apresentadas nas demonstrações da posição financeira ou das notas, consideradas uma área para a contabilidade criativa.
Metodologia	O estudo foi realizado com empresas de dois países com diferentes ambientes culturais (Portugal e Reino Unido) relacionados a forma de divulgação das provisões e passivos contingenciais, e adotam e reconhecem provisões com base no IAS 37. Aplica-se um modelo de regressão baseado na estrutura de avaliação patrimonial de <i>Ohlson</i> para analisar os dados.
Resultados	Os resultados indicam que os participantes do mercado seguem padrões diferentes ao incorporar informações sobre provisões e passivos contingentes. Os passivos contingentes, por exemplo, parecem não ter relevância em mercados portugueses. Quanto as provisões, sua divulgação estão maiormente relacionadas ao valor. No entanto, em Portugal existe um comitê de risco no conselho de administração das companhias, órgão que estimula a divulgação desses elementos e são avaliados positivamente pelos participantes como meio de garantir a eficácia da comunicação das demonstrações financeiras.

Figura 2 *Estudos internacionais correlatos*

Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Frente aos itens de reconhecimento e mensuração, essa pesquisa pressupõe que, as empresas analisadas possuem conhecimento sobre o assunto e o divulgam. Além disso,

verificou-se que o tipo de provisão e passivo contingente pode influenciar na tomada de decisão dos usuários. Desse modo, espera-se contribuir ao tema a partir da verificação de quais são os tipos de provisões e passivos contingentes divulgados pelas companhias aéreas e qual sua representatividade em relação ao total de provisões. O delineamento metodológico aplicado para atingir tal fim é apresentado na próxima seção.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa enquadra-se como descritiva. Os registros analisados pelo estudo correspondem as Provisões e Passivos Contingentes apresentadas nas demonstrações financeiras das companhias aéreas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa, Bovespa (B3), a citar, Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., no período de 2013 a 2018. Acerca da amostra de empresas escolhidas, o *ranking* divulgado pela consultoria britânica *Skytrax* em 2017 destacou a Azul Linhas Aéreas como companhia que assumiu a primeira posição na classificação baixo custo (“*low-cost*”) na América do Sul, e oitava em âmbito mundial. A companhia foi também eleita como a melhor tripulação na América do Sul. Além disso, em 2016, a Gol liderou o mercado doméstico em termos de demanda com 36,0% de participação, seguida pela Latam, com 34,7% e a Azul que obteve 17,1% (ANAC, 2017).

Convém ressaltar que, atualmente, o Brasil possui uma gama de empresas aéreas, nacionais e internacionais, que atuam no território nacional (vide Figura 3). Todavia, respaldado no aspecto de transparência e considerando a disponibilidade ao acesso as demonstrações financeiras, esse estudo selecionou para o caso estudado aquelas que possuem ações negociadas na B3.

Companhias nacionais
América do Sul Táxi Aéreo; Avianca Brasil; Azul Linhas Aéreas; Gol Transportes Aéreos; Latam Airlines Brasil; Latam Cargo Brasil; MAP Linhas Aéreas; Modern Logistics; Passaredo Transportes Aéreos; Rio Madeira Aerotáxi; Rota do Sol Táxi Aéreo; Sideral Air; Total Linhas Aéreas; Two Aviation.
Companhias internacionais
ACT Airlines; Aerolineas Argentinas; Aeromexico; Aigle Azur; Airitaly; Air Canada; Air China; Air Class; Air Europa; Air France; Air X Charter; Alitalia; Amazonas Uruguay; American Airlines; Andes Lineas Aereas; Antonov Design Bureau; Atlas Air; Austral Lineas Aereas; Avianca; Avianca Argentina; Avianca Cargo; Avianca Peru; Avior Airlines; Boliviana de Aviacion; British Airways; Cargolux; Condor; Copa Airlines; Cubana de Aviacion; Delta Airlines; Edelweiss Air; Emirates Airlines; Ethiopian Airlines; Fedex; Global Africa Aviation; Iberia; Joon; Kalitta Air; KLM; Korean Air; Latam Airlines Argentina; Latam Airlines Chile; Latam Airlines Colombia; Latam Airlines Paraguay; Latam Airlines Peru; Latam Cargo Chile; Latam Cargo Colombia; Latam Cargo Mexico; Lufthansa; Lufthansa Cargo; Martinair Holland; Norwegian Air Argentina; Norwegian Air UK; Paranaair; Qatar Airways; Rotana Jet; Royal Air Maroc; Sky Airline; SkyLease Cargo; South African Airways; Surinam Airways; SW Italy – Silk Way Italy; Swift Air; Swiss; TAAG Angola Airlines; TACV Cabo Verde Airlines; TAP Air Portugal; TAG Aviation UK; Turkish Airlines; United Airlines; UPS; Western Global Airlines.

Figura 3 Empresas aéreas que atuam no Brasil.

Fonte: Portal Aviação Brasil (2019).

A fim de analisar a aderência de *disclosure* nas demonstrações financeiras das empresas aéreas listadas na B3 a partir do enfoque teórico e normativo do CPC 25, o método empregado para abordar o problema foi qualitativo por meio da análise documental das demonstrações financeiras consolidadas (anuais) divulgadas pelas companhias no seu *site* institucional. A coleta de dados realizou-se entre os anos de 2017 a 2019. Inicialmente, as demonstrações financeiras foram baixadas e separadas por companhia aérea de acordo com os

períodos de análise. O processo de coleta e mapeamento dos dados realizou-se conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

Procedimentos metodológicos aplicados na coleta e análise dos dados

Fases	Processo	Operacionalização
Fase 1	Download das demonstrações financeiras	Acessou-se o site institucional de cada uma das companhias (Azul Linhas Áreas Brasileiras S.A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e Latam Airliness Group S.A.) a fim de baixar as demonstrações financeiras.
Fase 2	Análise do Balanço Patrimonial	Verificou-se se havia a conta "Provisões" no grupo Passivo do Balanço Patrimonial.
Fase 3	Análise do Relatório do auditor independente	Constatada a existência de provisões, verificou-se se haviam ressalvas no Relatório do auditor independente. Nesse processo, não foram identificadas ressalvas nos relatórios (em relação ao tema de estudo).
Fase 4	Leitura das Notas Explicativas	Procedeu-se com a leitura do conteúdo provisões evidenciadas nas Notas Explicativas - conforme referenciado no Balanço Patrimonial de cada companhia.
Fase 5	Classificação dos tipos de provisões	Após a leitura exploratória dos materiais, houve a tabulação dos tipos de provisões conforme as categorias estabelecidas pelas companhias em cada relatório. As categorias mapeadas foram: provisões cíveis, provisões trabalhistas, provisões tributárias, provisões para devoluções de aeronaves e motores, e outros.
Fase 6	Quantificação dos elementos (das provisões)	Para cada tipo de provisão tabulada, verificou-se o valor anualmente provisionado nas demonstrações (por ano e por companhia). Após esse processo, verificou-se o percentual de cada categoria em relação ao total provisionado. Essa fase contou com o auxílio do Microsoft Excel.

Fonte: elaborado pelos autores.

Empregou-se a análise de conteúdo para investigar os documentos com a finalidade de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características, empregando procedimentos sistêmicos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens (Bardin, 2006). A pesquisa emprega como objeto as demonstrações financeiras padronizadas emitidas pelas companhias aéreas nas quais são analisadas as práticas cotidianas de registros, mensurações e divulgações contábeis acerca das Provisões e Passivos Contingentes. Como consequência, a pesquisa verifica também os tipos de provisões e passivos contingentes divulgados anualmente e sua representatividade (em percentuais) em relação ao total anualmente divulgado.

Desse modo, foram analisadas as demonstrações financeiras padronizadas – Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas e relatórios da administração - das três companhias do setor de aviação civil com ações negociadas na B3. Ressalta-se que no período de desenvolvimento deste trabalho, a bolsa de valores negociada no Brasil, chamava-se Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), no entanto em 2017, houve a fusão da instituição com a Cetip, formando a Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Atualmente, ela representa a quinta maior bolsa de mercado de capitais e financeiros do mundo (Moreira, 2017).

Ademais, Verecchia (2001) aponta a existência de três categorias de pesquisa de divulgação em contabilidade: a Divulgação baseada em Associação, a Divulgação Discricionária e a Divulgação Baseada em Eficiência. A primeira delas busca analisar a

semelhança e os efeitos do *disclosure* nos agentes durante o evento do *disclosure*, especialmente através do comportamento dos preços dos ativos e do volume de negociação. Já a Divulgação Discricionária analisa como as empresas desempenham a discricionariedade com relação à divulgação de informações sobre as quais elas podem ter. Por fim, a Divulgação Baseada em Eficiência considera a existência de arranjos eficientes, incondicionalmente preferidos, no *disclosure*.

Frente as considerações de Verecchia (2001), essa pesquisa fundamenta-se no modelo de a Divulgação Discricionária, baseando-se na premissa de que as companhias, por meio da publicação de informações voluntárias, diminuem a assimetria informacional e agregam na avaliação das oportunidades de alocação de recursos e na tomada de decisões.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

A análise das informações iniciou-se pela leitura dos pareceres dos auditores independentes para conferir se existe ressalva em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão e do passivo contingente. Constatado a inexistência de opiniões a respeito de informações relativas a provisões e passivos contingentes, realizou-se a análise de conteúdo das demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas e relatórios da administração).

A fim de apresentar os resultados obtidos nessa pesquisa, identificou-se, inicialmente, se havia a presença das Provisões e Passivos Contingentes nas demonstrações contábeis das companhias aéreas, conforme determinado na Deliberação nº 594/09 (CVM). Em seguida, as informações coletadas foram avaliadas sob uma perspectiva qualitativa com o intuito de analisar e compreender os dados recolhidos. Verificou-se que as provisões e passivos contingentes divulgados se classificavam em cíveis, trabalhistas, tributários e para devolução de aeronaves e motores.

Observou-se que as companhias adotaram uma tabela que divulgava o saldo inicial, adições, reversões, pagamentos, atualização monetária e saldo final dos valores. Esta tabela atendia a quatro subcategorias das provisões determinadas pelo CPC 25 (2009) (i) o valor contábil no início e no fim do período; (ii) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; (iii) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; (iv) valores não utilizados revertidos durante o período. A partir desses dados, os valores totais e os percentuais correspondentes a cada tipo de provisões e passivos contingentes foram quantificados.

Os registros analisados pelo estudo correspondem as companhias aéreas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam *Airlines Group* S. A., correspondentes ao período de 2013 a 2018. Todas as demonstrações foram auditadas por empresas de auditoria independente.

4.1 Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

A empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. foi criada em janeiro de 2008, cuja operação foi iniciada em dezembro do mesmo ano. Atualmente, atende 102 destinos nacionais e internacionais. A empresa é uma sociedade anônima com sede no estado de São Paulo. Possui ações negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE) e na B3, sendo classificada no segmento Nível 2 de Governança Corporativa. Suas atividades e de suas

controladas são de exploração de serviços de transporte aéreo regular de passageiro e/ou cargas e as atividades complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de taxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material de comissária de bordo (Azul, 2017).

Além disso, a companhia está com aproximadamente um terço do mercado brasileiro de aviação civil em termos de decolagens e consolida-se como a terceira maior companhia aérea do País (Azul, 2017). Acerca do *disclosure*, observou-se que na companhia Azul Linhas Aéreas, as provisões são revisadas e ajustadas, pois leva-se em consideração as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e/ou exposições adicionais identificadas com embasamento em novos assuntos ou decisões de tribunais, conforme indicado pelo CPC 25 (2009).

As provisões são classificadas no passivo não circulante nas contas (i) provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e (ii) provisão para devolução de aeronaves e motores. As provisões cíveis são relacionadas às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras não especificadas nas notas explicativas. Nota-se que essas ações em 2013 correspondem a 49% das provisões, e no ano de 2015 a 2018 esse percentual oscila, mas ainda valores significativos nas provisões.

As provisões trabalhistas foram associadas as horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Constatou-se que essas ações em 2013 corresponderam a 1% das provisões, e no ano de 2018 a 42%. Não há explícito o porquê do aumento do valor; observou-se que de acordo com a administração, foram medidos como risco de perda possível e não provável para o qual não foi constituída provisão. Ademais, as provisões tributárias são os processos referentes a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves, motores e simulador sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. Foi verificado que essas ações, em 2015 e 2018, corresponderam a 1% das provisões, e nos demais períodos não houve a realização da provisão, visto que houve a prescrição das causas e redução do saldo desses processos. Com base na avaliação da administração e de seus assessores legais, notou-se que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Já a provisão para devolução de aeronaves e motores baseou-se nos custos futuros estimados a serem incididos de maneira a atender às condições contratuais para o retorno dos motores e aeronaves mantidos sob arrendamento operacional. Contudo, em 01 de junho de 2016, a companhia alterou sua estimativa de provisão de acordo com o instituído no CPC 23 (2009) – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, por acreditar que os custos de devolução se tornam prováveis. Considerando as estimativas com maior precisão de devolução, baseou-se no histórico de uso e nas perspectivas de condições de devoluções das aeronaves para reconhecimento das provisões para devolução de aeronaves e motores. Feito esses apontamentos, realizou-se a classificação e quantificação das provisões divulgadas nas demonstrações contábeis referente ao período de 2013 a 2018, conforme Figura 4.

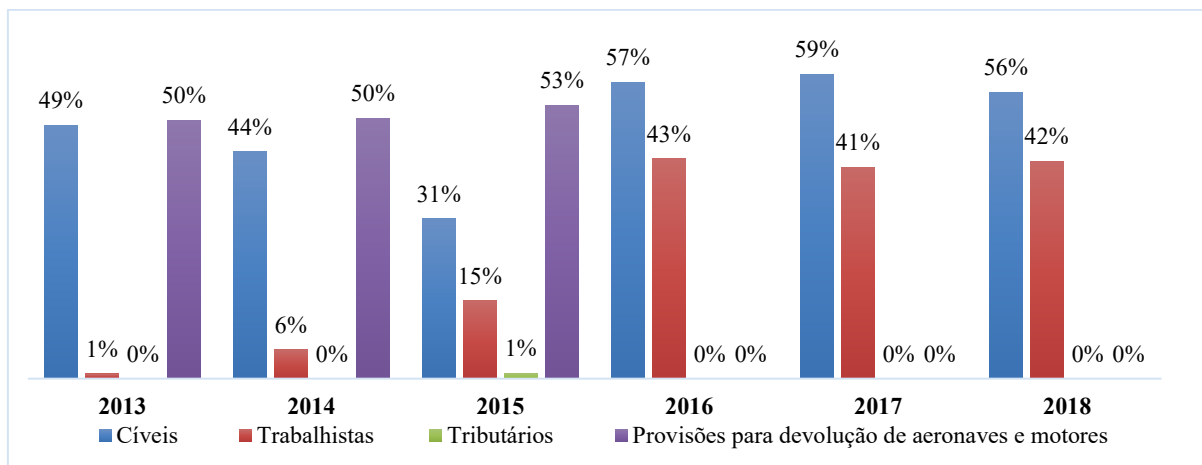


Figura 4 Provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações da Azul S.A.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as informações divulgadas, observou-se que, a companhia Azul Linhas Aéreas S.A. adotou a perspectiva de risco de perda possível, provável e de chances de perda são remotas, conforme orientado pelo CPC 25 (2009). Dessa forma, se existe uma obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota, a companhia possivelmente reconheceu o passivo contingente. Adicionalmente, observou-se também os relatos que levaram em consideração para o alcance mensuração a melhor estimativa da provisão, dos riscos e incertezas; e as estimativas foram apuradas pela avaliação da administração e de seus assessores legais.

4.2 Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.

A companhia Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. foi fundada em 2001 e operou seu primeiro voo no dia 15 de janeiro do mesmo ano. No entanto, somente em março de 2004 foi instituída como uma sociedade por ações segundo as leis brasileiras. Opera, atualmente, para mais de 60 destinos nacionais. A empresa é uma sociedade anônima com sede estado de São Paulo. A GOL tem ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e B3, sendo classificada no segmento Nível 2 de Governança Corporativa. Integra também os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), desenvolvidos para distinguir as empresas que se comprometem às práticas diferenciadas de governança corporativa.

Suas atividades, e de suas controladas, envolvem os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, as atividades complementares de serviço de transporte aéreo, o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; além da comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes (Gol, 2017). Assim como realizado com as provisões divulgadas e contabilizadas nas demonstrações contábeis da Azul Linhas Aéreas o apontamento das provisões, a Figura 5 apresenta a quantificação desses elementos da Gol Linhas Aéreas durante o período de 2013 a 2018.

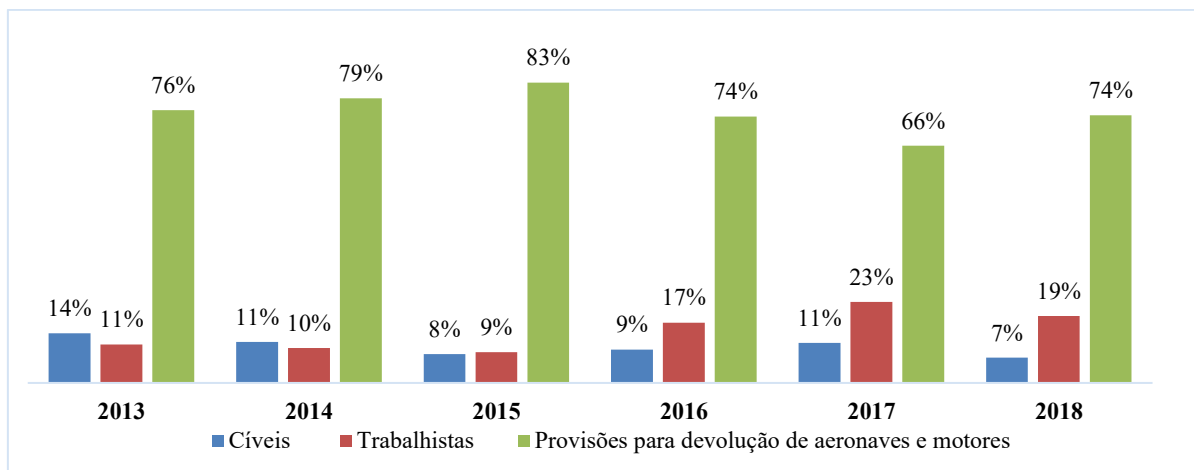


Figura 5 Provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações da Gol

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Gol Linhas Aéreas Inteligentes, a constituição da provisão abordou a avaliação da opinião dos consultores jurídicos internos e externos da companhia, a natureza dos processos e as experiências passadas. Além disso, as demonstrações financeiras mostraram que as provisões são revisadas periodicamente e a Administração confia que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Porém, os discursos alegaram que alterações expressivas em decisões judiciais originaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da companhia, cujos registros foram classificados na conta de provisões – passivo circulante e não circulante. Desse modo, na companhia, as provisões foram categorizadas em cíveis, trabalhistas e devolução de aeronaves e motores.

As provisões cíveis são referentes às ações indenizatórias vinculadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. Verificou-se que essas ações desse período variaram de 7% a 14%. Esses valores são classificados como com perda provável, e em alguns casos, como risco possível. Já as provisões trabalhistas incidiram em relação as horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Foi apurado que essas ações, em 2013, corresponderam a 11% das provisões, e no ano de 2018, a 19%. Esses montantes foram classificados como com perda provável e, em alguns casos, como risco possível.

As provisões tributárias, por sua vez, constituíram processos de natureza fiscal, apresentando menos de 1% das provisões nos anos de 2013 a 2018, sendo considerados como relevantes e de risco possível. As provisões para devolução de aeronaves relacionaram-se a reconfiguração de aeronaves, medindo os custos intrínsecos às devoluções, atendendo as condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional. As provisões para motores, segundo os relatórios, foram estimadas nas condições mínimas contratuais, notando os custos históricos advindos e as condições do equipamento no tempo da avaliação. Não está identificado o tipo de risco para esse critério, porém apresenta o percentual de 66% a 83% das provisões.

Segundo Niyama e Silva (2013) uma qualidade fundamental do passivo contingente é o fato dele não ser reconhecido, porém possa ser divulgado, como em notas explicativas. Adicionalmente, CPC 25 (2009) afirma que a existência de passivos contingentes será admitida somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não integralmente sob controle da entidade. Diante das análises, as companhias aéreas Azul Linhas Aéreas e a Gol Linhas Aéreas Inteligentes parecem não divulgar esse tipo de informação conforme prescrito no CPC 25 (2009), sobretudo no caso da provisão para

devolução de aeronaves e para motores, onde não se identifica em notas explicativas o tipo de risco para esse critério.

4.3 Latam Airlines Group S. A.

A empresa Latam Airlines Group S. A. foi criada em 2012 por meio da fusão das operações das empresas LAN Airlines S. A e da Tam Linhas Aéreas, sendo a maior fusão da história do mercado aéreo da América Latina e tornando-se o maior grupo de aviação do continente (Globo.com, 2010). Opera em serviços aéreos em torno de 140 destinos em 25 países, estando presente em 6 mercados domésticos da América Latina, tais como a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru e em operações internacionais para Europa, Estados Unidos, Caribe, Oceania e África (Hirata & Gutierrez, 2015). A empresa, atualmente, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Santiago, no Chile. Suas ações são negociadas no Chile na Bolsa de Corredores (Bolsa de Valores Valparaíso), na Bolsa Eletrônica do Chile, na Bolsa de Comércio de Santiago, na *New York Stock Exchange* (NYSE) – sob a forma de *American Depositary Receipts* (ADRs).

Até 2016 a Latam Airlines comercializava suas ações na BM&F Bovespa S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), atual B3. No entanto, devido à baixa representatividade dos papéis nos mercados brasileiros, a empresa deixou de operar suas ações na bolsa, migrando suas atividades outros países, como o Chile e os Estados Unidos. Suas atividades e de suas controladas são a transporte aéreo de passageiros e cargas (Latam, 2017). Com base nas informações disponíveis nas demonstrações da empresa, a Latam Airlines Group S.A. utiliza a experiência e o julgamento profissional das características específicas dos riscos conhecidos para a análise das provisões e passivos contingentes. Nas demonstrações, os grupos são evidenciados na conta de Outras Provisões, nos grupos passivo circulante e não circulante.

As categorias apontadas foram, cíveis, trabalhistas, tributários e outros. Além das provisões que satisfazem as ordens cíveis, trabalhistas e tributárias - já discriminadas anteriormente- as outras provisões verificadas provem (1) do valor justo apropriado, derivadas da combinação de negócios com a TAM S. A. e controladas, (2) das provisões por contingências na comissão europeia, relacionadas a eventuais infrações à livre concorrência no mercado de carga aérea. A Figura 3 apresenta graficamente a apuração das provisões e dos passivos contingentes divulgados e contabilizados nas demonstrações contábeis da Latam Airlines Group S.A. no período entre 2013 e 2018.

Diante da Figura 6, percebe-se que, semelhantemente a Gol Linhas Aéreas Inteligentes, as contingências tributárias/fiscais é a que mais se destaca na companhia, atingindo no período analisado (2013 – 2018) o correspondente a 80% do valor das provisões. As contingências cíveis, por sua vez, apresentam em média 6% das provisões. As demais provisões tais como as trabalhistas e outros, atingiram, em média, 5% no percentual das provisões.

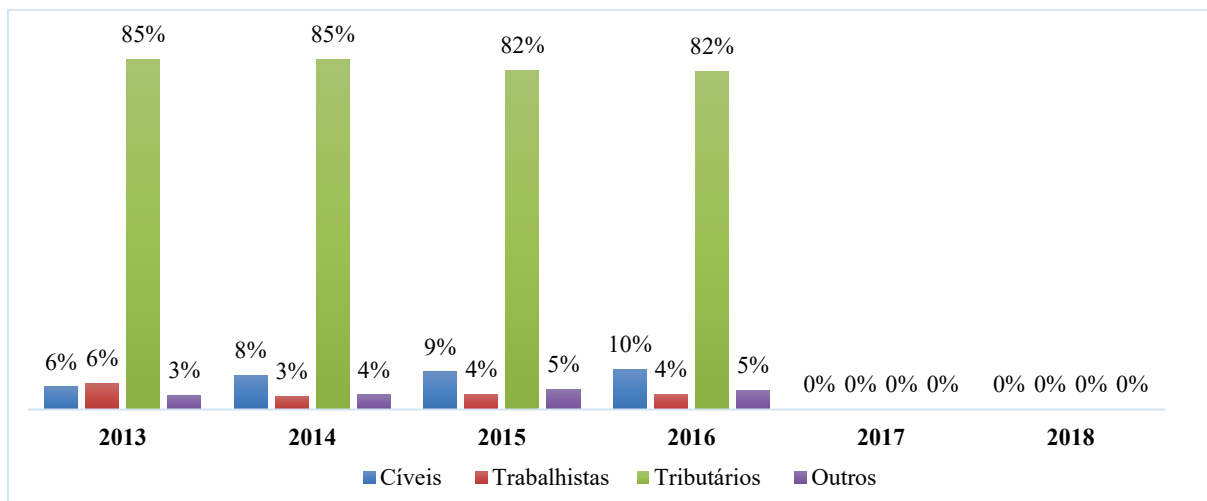


Figura 6 Provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações da Latam Airlines

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: nos anos de 2017 e 2018 a Latam Airlines Group não comercializou suas ações na B3, portanto, não houve demonstrações financeiras analisadas.

Convém ressaltar que, em nota explicativa separada, foram divulgadas as contingências classificadas como judiciais pela LATAM Airlines Group S.A. e suas respectivas ações propostas. Conforme Niyama e Silva (2013, p.166), “o evento contingente mais difícil de ser estimado são os processos judiciais”, pois têm-se dúvidas a respeito de a existência do passivo e do seu montante. Desse modo, para fins de divulgação, consta no documento divulgado, o nome Sociedade Tribunal, o número do Rol da causa, a origem, a etapa processual e instância, e os montantes envolvidos (em moeda corrente – R\$). Contudo, não houve a identificação do tipo de risco para os critérios citados acima, e não foram relatadas as probabilidades da ocorrência para cada contingência individual.

5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi verificar como são apresentadas as informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas aéreas brasileiras com ações negociadas na B3 a partir do enfoque teórico e normativo do Pronunciamento Técnico 25 (CPC 25, 2009). Desse modo, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, onde os registros analisados pelo estudo correspondem as Provisões e Passivos Contingentes as apresentadas nas demonstrações financeiras das companhias aéreas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa, Bovespa (B3), a citar, Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., no período de 2013 a 2018.

Partiu-se do pressuposto de que o *disclosure* de uma empresa não é desenvolvido apenas pela informação que é exigida por lei, mas pela veiculação de toda informação que seja favorável para a tomada de decisão dos *stakeholders* (Lang & Lundholm, 1993). Frente ao objetivo do estudo, percebe-se que as companhias aéreas falham no aspecto “divulgação” conforme as orientações preconizadas pelo CPC 25 (2017) e estudos correlatos como Darabi e Faghani (2012), Hennes (2014), Pinto (2014), Scarpin *et al.* (2014), Oliveira *et al.* (2016) e Lopes e Reis (2019).

A pesquisa tem como limitação a análise das provisões e dos passivos contingentes das empresas aéreas no período de 2013 a 2018. Além disso, a análise limitou-se a categorizar esses itens e tipos e percentuais, mas não explorou as subcategorias de divulgação inerentes a

cada tipo de provisão. Essa perspectiva pode ser adotada em pesquisas futuras.

Dentre os achados, constatou-se que os passivos contingentes e as provisões com maiores relevâncias foram as de natureza tributária, cível e trabalhista e de devolução de aeronaves, porém cada empresa apresentou destaque em uma natureza. Em 2013, as provisões que apresentaram maior importância relacionaram-se a natureza tributária, com ênfase para companhia *Latam Airlines Group S. A.* com 85% do seu total provisionado. Em seguida, aparecem as provisões para devolução de aeronaves e motores com destaque para a companhia *Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.* com 76%; e, por último, a companhia *Azul Linhas Aéreas* com 98% do total das provisões classificadas como cíveis.

Os anos de 2014 a 2016 destacam com as provisões tributárias da *Latam Airlines Group S.A.* que atingem cerca de 85% do total de contingências analisadas anualmente. Nesse período, a *Gol Linhas Inteligentes S.A.* apresentou índices também representativos em relação as provisões para devolução de aeronaves, respectivamente de 79% em 2014, 83% em 2015, 74% em 2016 – permanecendo com percentuais representativos até o ano de 2018. Essa categoria foi também apontada pela *Azul Linhas Aéreas S.A.*, cujos provisionamentos atingiram 50% em 2014 e 2015. Em 2016, a natureza cível destacou-se dentre as análises das demonstrações da qual a *Azul Linhas Aéreas*, alcançando 57% do seu montante provisionado. Nos anos de 2017 e 2018, a companhia chegou a quase 60% do seu provisionamento destinado a área cível.

Apenas as companhias *Azul* e *Gol* divulgaram as provisões de devolução de aeronaves e motores, ressaltando-se que, em 2016, a *Azul* alterou sua estimativa de acordo com o CPC 23. Observou-se grandes diferenças percentuais em relação as provisões e passivos tributários da empresa *Latam Airlines Group S.A.* em relação as demais. Sugere-se uma pesquisa mais aprofundada aos interessados a fim de diagnosticar possíveis causas do fato. Além disso, não foi identificada nas análises das notas explicativas o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes das provisões. Conforme CPC 25 (2009), os reembolsos devem ser evidenciados pelas companhias em suas notas explicativas, no entanto, estes não focaram evidentes nos registros contábeis da *Azul Linhas Aéreas* e *Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.* Diante da falta de evidenciação de saídas, não se pode afirmar se as referidas companhias reembolsaram recursos a terceiros ou apenas deixaram de divulgá-los.

Diante da análise, acredita-se existir empecilhos para que os *stakeholders* avaliem se a *Azul Linhas Aéreas*, *Gol Linhas Aéreas Inteligentes* e *Latam Airlines* possuem passivos contingentes ou se houve algum tipo de omissão ou indisponibilidade na mensuração dos valores. Verificou-se apenas que a *Latam Airlines* reportou valores contingenciais, porém somente para aqueles processos cujos efeitos financeiros e possibilidade de reembolso podem ser estimados de maneira confiável, segundo instituído no parágrafo 86 do CPC 25 (2009). Em relação a evidenciação as provisões na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), a empresa *Azul* foi a única que evidenciou em nota explicativa e na DFC valores classificados como Fluxos de caixa das atividades operacionais (nas contas de Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas e Provisão para Devolução de Aeronaves e Motores). Nas demais empresas não se pode afirmar se houve o desembolso, ou apenas deixaram de divulgá-los.

Verificou-se que o presente estudo apresenta conclusões similares a outras pesquisas como a de Oliveira (2016) que relata que as empresas listadas na B3 não vêm cumprindo as exigências e grande parte das empresas não estabelece a divulgação conforme exigência definida pelo CPC 25. Em relação à análise da assimetria informacional realizada por Scarpin *et al.* (2014), Pinto *et al.* Murcia e Santos (2009) e Darabi e Faghani (2012) observou significativa ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial, fato que prejudica a qualidade da informação contábil e afeta na tomada de

decisão. A presente pesquisa compartilha também deste entendimento, pois se constatou nas análises das três companhias insuficiência de informação, fator que dificulta os usuários das informações contábeis nas tomadas de decisões.

A partir das análises realizadas neste estudo e dos resultados encontrados recomenda-se para estudos futuros a inclusão de outras companhias aéreas que atuam no Brasil, sendo elas brasileiras ou não. As atividades que se relacionam as milhas aéreas, que permite o cliente acumular créditos a cada viagem e depois trocar por serviços e/ou produtos da companhia, também surge como uma possibilidade de investigação. Na estratégia de aproximar os clientes, essas empresas instituíram um incentivo de conceder passagens gratuitas quando os mesmos alcançarem um número previamente acertado de voos ou de milhas (Niyama & Silva, 2013), e com isso a fidelização proporciona recompensas aos consumidores que usam de forma assídua um serviço ou produto (Barbosa, Sales & Paulo, 2010). Esse fato que pode ser ponto de análise acerca de sua evidenciação enquanto passivo de existência incerta, mas com capacidade de estimação de pagamento (Niyama & Silva, 2013). Similarmente, sugere-se uma análise dos ativos contingentes das empresas aéreas brasileiras, verificando se elas divulgam em notas explicativas os referidos ativos.

Referências

- Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. (2014). Anuário do Transporte Aéreo: Sumário Executivo 2014. Recuperado em 02 novembro, 2019 de <https://www.anac.gov.br/>.
- Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. (2016). *Anuário do Transporte Aéreo 2016*. Recuperado em 02 novembro, 2019, de <http://www.anac.gov.br/>.
- Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. (2018). *Anuário do Transporte Aéreo: Sumário Executivo 2018*. Recuperado em 02 novembro, 2019 de <https://www.anac.gov.br/>.
- Almeida, M. C. (2014). *Curso de Contabilidade Avançada em IFRS e CPC*. (1a ed). São Paulo: Atlas.
- Azul. (2017). *Relação com Investidores*. Recuperado em 06 junho, 2017 de: www.voeazul.com.br.
- Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos Contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23).
- Barbosa, G., Castro., Sales, I. C. H., & Paulo, E. (2011). Impacto da adoção da IFRIC 13 na contabilização de programas de passageiros frequentes. *Revista Eletrônica de Ciências Administrativa (RECADM)*, 10(2), 64-79.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, M., Beaver, W., & Landsman, W. (2001). The relevance of value-relevance literature for financial accounting standard setting: Another view. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 77-104.
- Bouças, C. (03 out. 2019). Transporte aéreo no Brasil deve dobrar de tamanho até 2037, estima Iata. *Valor Econômico*. Recuperado em 05 novembro, 2019 de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/03/transporte-areo-no-brasil-deve-dobrar-de-tamanho-at-2037-estima-iata.ghtml>
- Comitê de Pronunciamentos contábeis, CPC. (2009). PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC

25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado em 21 outubro, 2019, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2013.pdf.

Costa, E. B. (2013). *Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Darabi, R., & Faghani M. (2012) The Disclosure Effects of Contingent Liabilities and Ambiguities On Making Decision by Users of Financial Statements. *International Journal of Business and Commerce*, 1(5), 13-21.

Deitos, M. L. M. S. (2003). Conhecer as especificidades das pequenas e médias empresas: uma necessidade que se impõe ao contador. *Revista do CRCPR*, 27(136).

Farias, M. R. S. (2004). *Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fernandes, S. M. (2012). Nível do Disclosure ambiental das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa: uma análise do período de 2006 a 2010. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 6(2), 106-120.

Gol. (2017). *Relação com Investidores*. Recuperado em 06 junho, 2019, de www.voegol.com.br

Gondrige, E. O. (2010). *Fatores explicativos do disclosure voluntário das empresas brasileiras de capital aberto: um estudo sob a perspectiva da estrutura de governança corporativa e de propriedade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Globo.com (2010). *TAM anuncia acordo para fusão com a chilena LAN*. Recuperado em 10 junho, 2019, de <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/08/tam-anuncia-acordo-para-fusao-com-chilena-lan.html>.

Globo.com (2016). *Acidente com avião da Gol que matou 154 pessoas completa 10 anos*. Recuperado em 10 junho, 2019, de <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/09/acidente-com-aviao-da-gol-que-matou-154-pessoas-completa-10-anos.html>.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2012). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Hennes, K. M. (2014). Disclosure of contingent legal liabilities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(1), 32-50.

Hirata, L., & Gutierrez, M. (2015). *LAN e TAM passarão a adotar marca única a partir de 2016*. In: O Estado de São Paulo. Recuperado em 10 junho, 2019, de <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,latam-airlines-combina-chilena-lan-e-brasileira-tam-sob-marca-unica,1739221>.

IASB, International Accounting Standards Board. (2017). *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. Recuperado em 21 agosto, 2019, de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-37-provisions-contingent-liabilities-and-contingent-assets/>.

Iudícibus, S. et al. (2010). *Manual de Contabilidade Societária*. São Paulo: Atlas.

Lang, M., & Lundholm, R. (1993). Cross-sectional determinants of analyst rating of corporate

disclosures. *Journal of Accounting Research*, 31, 246-271.

Latam. (2017). *Relação com Investidores*. Recuperado em 06 maio, 2019, de www.latam.com.

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (1976). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Exército Brasileiro. Recuperado em 05 novembro, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm

Lopes, A. I., & Reis, L. (2019). Are provisions and contingent liabilities priced by the market: An exploratory study in Portugal and the UK. *Meditari Accountancy Research*, 27(8), 228-257.

Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2013). *Teoria da Contabilidade*. (3a ed.) São Paulo: Atlas.

Moreira, M. (2017). Fusão entre BM&FBovespa e Cetip cria a B3, 5ª maior bolsa de valores do mundo. *Agência Brasil*. Recuperado em 26 Outubro, 2019, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo>

Oliveira, C. (2016). *Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: uma análise de empresas listadas na BM&FBOVESPA*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Orens, R., & Lybaert, N. (2008). Analysts' earnings forecasts and non-financial disclosures. *Anais do European Accounting Association Annual Congress*, 31, Rotterdam, Holanda.

Oxford Economics. (2016). *A importância do transporte aéreo no Brasil*. Recuperado 22 agosto, 2019, de <https://www.iata.org/policy/Documents/benefits-of-aviation-brazil-2017-portuguese.pdf>.

Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. S. (2014). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Revista Pensar Contábil*, 16(61).

Portal Aviação Brasil. (2019) *Frotas Atualizadas das Companhias Aéreas que operam no Brasil*. Recuperado em 29 outubro, 2019. de <https://aviacaobrasil.com.br/frotas-atualizadas-das-companhias-aereas-que-operam-no-brasil/>

Reis, T. (2018). Disclosure: Aprenda o que é e a sua importância no mercado de capitais. *Suno*. Recuperado em 28 outubro, 2019, de <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/disclosure/>

Scarpin, J. E., Macohon, E. R., & Dallabona, L. F. (2014). Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)*, 8, 3-14.

Schaltegger, S., & Burrit, R. (2000). *Contemporary environmental accounting. Issues, concepts and practice*. London: Routledge.

Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97-180.

Tsakumis, G. T. (2007). The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. *Abacus*, 43(1).